



Reforçar o Estado de Direito

► **O Brasil não é, como a mídia insiste, o País mais corrupto do mundo e onde só uma solução radical resolve**

Mesmo diante dos perturbadores movimentos de “judicialização da política” e da “politização da Justiça” que se abatem sobre o País, é impossível negar que, desde a posse do presidente Temer, a economia revela sinais promissores: o gigantesco desemprego de 13 milhões de trabalhadores de 2016, herança da recessão, começa a inverter o seu sinal.

A aplicação da reforma trabalhista aprovada tem condições de minorar esse inacreditável desperdício do mais importante recurso da sociedade. Teremos, talvez, de enfrentar um problema mais complicado que envolve a “politização da Justiça”, quando “juízes” revelam sua submissão à ideologia e não à Lei. As ações de inconstitucionalidade já apresentadas ao STF e a indisposição visível de alguns ministros do TST que pretendem colocar sua vontade acima da Lei.

A situação fiscal ainda é muito preocupante. O déficit primário continua às voltas de 2,4% do PIB e a perspectiva de melhora é pequena. Tudo indica que sem a cooperação do BNDES a relação entre dívida bruta e PIB atingirá 80% em 2018 e continuará a crescer,

seja lá quem for o eleito em 2018.

Não há saída, a não ser a aprovação de uma reforma da Previdência. Hoje, 92% das despesas primárias são “obrigatórias”! Em outras palavras, sobre elas não há o menor controle. Têm correção automática. Pois bem, dois terços das despesas obrigatórias são gastos com a Previdência (57%). Para se ter uma ideia sobre o tamanho dessa generosa aposentadoria, basta lembrar que, na média, nos países da OCDE com população de idosos maior do que a nossa, ela não supera os 20%. Recentemente, demos “ganhos de produtividade” até a pensionistas!

Um exercício aritmético elementar mostra a impossibilidade de atender ao controle dos gastos (Emenda Constitucional nº 95) sem medidas que reduzam o crescimento automático dessas despesas. É evidente que a atual recuperação do PIB por meio do estímulo ao consumo é um expediente de curto prazo. Funciona relativamente bem na expansão cíclica que simplesmente ocupa a capacidade ociosa construída durante a recessão. Mas crescimento mesmo, isto é, crescimento robusto, inclusivo e sustentável, só com a ampliação dos investimentos no setor onde eles são necessários a “olho nu”: na infraestrutura!

Isso só pode ser conseguido com uma redução das incertezas, com a insistência em algumas privatizações e com concessões benéficas em leilões de projetos que integrem uma visão sistêmica do que desejamos que a nossa economia seja em 2040. Temos de decidir se vamos

acomodar em ser um País com a renda inferior à média do mundo e à estrutura de colônia a que nos levou a política econômica dos últimos 30 anos, ou se vamos tentar recuperar um crescimento mais robusto, mais estável e mais equânime como tivemos no passado.

O FMI começou agora a se preocupar com o problema da corrupção no mundo. Um competente economista brasileiro, o professor Carlos Eduardo Gonçalves, ora em seus quadros, estudou o problema. Em entrevista a Luciana Dyniewicz, no *Estadão* do dia 13, ele afirmou: “O Brasil está no holofote por causa da Lava Jato, mas está no meio dos países da América Latina. Somos tão corruptos quanto se esperaria... Sempre falando de percepção de corrupção... que é o indicador que temos disponível, porque a corrupção não é observável”. Como a corrupção tende a reduzir a produtividade da economia, sua redução tende a acelerar o crescimento. Este é o ponto.

A Operação Lava Jato é um momento de inflexão na história do País. Ela mostrou o profundo desperdício dos investimentos produzidos pela ilusão de grandeza da Olimpíada, cuja taxa de retorno foi praticamente nula. A importância da Lava Jato será duradoura e acelerará o crescimento futuro, mas o Brasil não é, como a pressão midiática insiste, “o País mais corrupto do mundo e que só uma solução radical poderá resolver”. Pelo contrário, é muito melhor corrigi-lo respeitando o Estado Democrático de Direito, como estamos tentando fazer. •

colunistas@cartacapital.com.br